

**Faculdade de Direito
da
Universidade de Macau**

**Plano de Curso
de
Direito das Obrigações I**

**Disciplina do 3º Ano, I Semestre,
da
Licenciatura em Direito**

Ano Lectivo 2019/2020

Regente: Manuel Trigo

Assistente: Júlio Anjos

Bibliografia essencial (a indicada a seguir ou edições mais recentes):

Manuel Trigo, Lições de Direito das Obrigações, ao 3º ano do Curso de Direito, 2014, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, *Versão em Língua Portuguesa*;

Manuel Trigo, Lições de Direito das Obrigações, ao 3º ano do Curso de Direito, 2016, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, *Versão em Língua Chinesa*, Tradução de Chan Io Chao.

Bibliografia complementar (a indicada a seguir ou edições mais recentes):

Manuel Trigo, Código Civil de Macau, Texto Comparado, 1999-1966, Coordenador, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2017.

João Paulo Rocha, Direito das Obrigações, Repertório do Direito de Macau, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, 2012.

Rui de Alarcão, Direito das Obrigações, texto elaborado pelos Drs J. Sousa Ribeiro, J. Sinde Monteiro, Almeno de Sá e J. C. Proença, com base nas Lições do Prof. Doutor Rui de Alarcão ao 3º Ano Jurídico, Coimbra, 1983, dactilografado e impresso por João Abrantes, Coimbra.

Antunes Varela, I, Das Obrigações em Geral, João de Matos Antunes Varela, Volume I, 10ª Edição, Revista e Actualizada, Livraria Almedina, Coimbra, 1994, ou edição posterior.

Antunes Varela, II, Das Obrigações em Geral, João de Matos Antunes Varela, Volume II, 8ª Edição, Revista e Actualizada, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, ou edição posterior.

Almeida e Costa, Direito das Obrigações, Mário Júlio de Almeida Costa, 12ª Edição Reelaborada, Livraria Almedina, Coimbra, 2009, ou edição posterior.

Pires de Lima e Antunes Varela, I, Fernando Andrade Pires de Lima e João de Matos Antunes Varela, Código Civil Anotado, Volume I, 3ª Edição Revista e Actualizada, com a colaboração de Manuel Henrique Mesquita, Coimbra Editora, Limitada, 1982, Coimbra, ou edição posterior.

Pires de Lima e Antunes Varela, II, Fernando Andrade Pires de Lima e João de Matos Antunes Varela, Código Civil Anotado, Volume II, 3ª Edição Revista e Actualizada, com a colaboração de Manuel Henrique Mesquita, Coimbra Editora, Limitada, 1986, Coimbra, ou edição posterior.

Bibliografia específica será indicada ao longo das **Lições de Direito das Obrigações** e das aulas.

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

1. Enquadramento geral

1.1. Direito das obrigações e a importância do seu estudo

1.2. Referência de direito comparado

1.3. O Direito Civil e o Direito das Obrigações de Macau

1.3.1. O Direito Civil e o Direito das Obrigações de Macau até 31 de Outubro de 1999

1.3.2. A evolução do Direito Civil e a política de localização: o Código Civil e o Direito das Obrigações

1.3.3. As fontes do Direito Civil e o Direito das Obrigações de Macau de 1 de Novembro a 19 de Dezembro 1999

1.3.4. O Direito Civil e o Direito das Obrigações desde 20 de Dezembro 1999

1.3.5. Aplicação no tempo e as normas do direito transitório

1.3.6. Princípios Fundamentais do Direito Civil e do Direito das Obrigações

1.4. Noções gerais

1.4.1. Obrigação em sentido lato. Dever jurídico, sujeição e ónus jurídico.

1.4.2. Obrigação em sentido estrito

1.4.3. Prestação

1.4.3.1. Conceito

1.4.3.2. Principais modalidades

1.4.3.2.1. Prestação de facto e prestação de coisa

1.4.3.2.2. Prestações fungíveis e prestações não fungíveis

1.4.3.2.3. Prestações instantâneas e prestações duradouras

1.4.3.3. Requisitos da prestação debitória

1.4.3.3.1. Possibilidade, licitude, determinabilidade

1.4.3.3.2. O problema da patrimonialidade da prestação

1.4.3.4. Conteúdo da prestação

1.4.4. A questão das obrigações não autónomas.

1.4.5. Relação obrigacional complexa

1.4.5.1. Noção

1.4.5.2. Conteúdo

1.4.5.3. Utilidade dogmática

1.4.6. Função da obrigação e do interesse do credor. O interesse do devedor

1.5. Direitos de crédito e direitos reais

1.5.1. Afinidades entre os direitos de crédito e os direitos reais

1.5.2. As principais diferenças

1.5.3. O efeito externo das obrigações

1.6. Princípios ordenadores do Direito das Obrigações

1.6.1. O princípio da autonomia privada

1.6.1.1. Autonomia privada e liberdade contratual. Liberdade de celebração de contratos e liberdade de fixação do seu conteúdo

1.6.1.2. Restrições à livre celebração e à livre conformação dos contratos. A "crise do contrato"

1.6.2. O princípio da boa fé

1.6.2.1. Boa fé subjectiva

1.6.2.2. Noção e conteúdo do princípio da boa-fé. Referência ao papel da jurisprudência na sua caracterização

1.6.2.3. Domínio da aplicação

1.6.3. O princípio do não enriquecimento sem causa

CAPÍTULO II FONTES DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Noção e enunciado das fontes das obrigações

2.1.1. Relações contratuais de facto

2.2. Contratos

2.2.1. Conceito. Sequência

2.2.2. Contrato-promessa

2.2.2.1. Introdução: regime aplicável, noção e interesses

2.2.2.1.1. Introdução: Regime aplicável e direito transitório

2.2.2.1.2. Noção e interesses

2.2.2.2. O princípio da equiparação entre o contrato-promessa e o contrato prometido e as suas excepções

2.2.2.2.1. O regime da forma

2.2.2.2.2. O regime da eficácia

2.2.2.3. Contrato-promessa e sinal

2.2.2.4. Garantias do promitente fiel perante o incumprimento do contrato-promessa

2.2.2.4.1. Garantia da execução específica

2.2.2.4.2. Garantia indemnizatória

2.2.2.4.2.1. Indemnização pelo dano excedente e redução da indemnização manifestamente excessiva

2.2.2.4.2.2. Direito de retenção

2.2.2.5. Contrato-promessa unilateral

2.2.2.6. Transmissão dos direitos e obrigações dos promitentes

2.2.3. Pacto de preferência

2.2.3.1. Noção

2.2.3.2. Regime

2.2.3.2.1. Preferências convencionais

2.2.3.2.2. Preferências legais

2.2.3.2.3. Concurso de preferências

2.2.3.2.4. Cumprimento e não cumprimento da preferência e seus efeitos

2.2.3.2.5. Extensão do regime a outros contratos

2.2.4. Excepção de não cumprimento

2.2.4.1. Noção e função da excepção de não cumprimento ou *exceptio non adimpleti contractus* nos contratos bilaterais de cumprimento simultâneo

2.2.4.2. Excepção de não cumprimento por quem deva cumprir posteriormente

2.2.4.3. Excepção de não cumprimento por quem deva cumprir em primeiro lugar

2.2.4.4. Excepção de não cumprimento perfeito do contrato ou *exceptio non rite adimpleti contractus*

2.2.4.5. Outros aspectos do regime da excepção de não cumprimento

2.2.4.6. Extensão da excepção a situações análogas

2.2.5. Contratos a favor de terceiros

2.2.6. Contrato para pessoa a nomear

2.3. Negócios unilaterais

2.3.1. Os negócios unilaterais como fonte de obrigações

2.3.2. Negócios jurídicos unilaterais previstos na lei

2.3.2.1. A promessa pública

2.3.2.2. O concurso público

2.3.3. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida

2.4. Gestão de negócios

2.4.1. Noção e fundamento

2.4.2. Requisitos

2.4.2.1. A direcção de negócio alheio

2.4.2.2. No interesse e por conta do dono do negócio

2.4.2.3. Falta de autorização

2.4.3. Obrigações do gestor de negócios

2.4.4. Obrigações do dono do negócio

2.4.5. Direitos do *dominus* e do gestor de negócios

2.4.6. Gestão de negócio alheio julgado próprio

2.5. Enriquecimento sem causa

2.5.1. Noção e exemplos

2.5.2. Requisitos

2.5.2.1. Enriquecimento

2.5.2.2. À custa de outrem

2.5.2.3. Sem causa justificativa

2.5.2.4. Ausência de outro meio jurídico

2.5.3. Objecto da obrigação de restituir

2.6. Responsabilidade civil

2.6.1. Preliminares

2.6.1.1. Responsabilidade contratual e extracontratual

2.6.1.2. Evolução e variantes da responsabilidade extracontratual

2.6.1.3. A responsabilidade civil no Código Civil de 1999 e o direito transitório

2.6.2. Responsabilidade por factos ilícitos

2.6.2.1. Facto

2.6.2.2. Ilícitude

2.6.2.3. Nexó de imputação

2.6.2.3.1. Imputabilidade

2.6.2.3.2. Culpa : dolo e negligência e respectivas subespécies

2.6.2.3.3. Negligência ou mera culpa

- 2.6.2.3.3.1. Culpa em abstrato e culpa em concreto
- 2.6.2.3.3.2. Culpa como deficiência da vontade e como deficiência da conduta
- 2.6.2.3.3.3. Apreciação da gravidade da culpa
- 2.6.2.3.4. Prova da culpa. Presunções de culpa
- 2.6.2.4. Dano
 - 2.6.2.4.1. Conceito e variantes
 - 2.6.2.4.2. Avaliação e reparação do dano
 - 2.6.2.4.3. Ressarcibilidade dos danos não patrimoniais
- 2.6.2.5. Nexo de causalidade
 - 2.6.2.5.1. Teoria da causalidade adequada
 - 2.6.2.5.2. A relevância da causa virtual
- 2.6.2.6. Outros aspectos do regime da responsabilidade civil por factos ilícitos
 - 2.6.2.6.1. Sujeitos do direito de indemnização
 - 2.6.2.6.2. Sujeitos da obrigação de indemnizar e o regime de solidariedade
 - 2.6.2.6.3. Prescrição do direito de indemnização por responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito
 - 2.6.2.6.4. Responsabilidade civil em processo penal
- 2.6.2.7. A função da responsabilidade civil
- 2.6.3. Responsabilidade pelo risco**
 - 2.6.3.1. Enumeração dos casos de responsabilidade pelo risco
 - 2.6.3.2. Responsabilidade do comitente
 - 2.6.3.2.1. Pressupostos
 - 2.6.3.2.1.1. Existência de uma relação de comissão
 - 2.6.3.2.1.2. Obrigação de indemnizar do comissário
 - 2.6.3.2.1.3. Actuação do comissário no âmbito da comissão
 - 2.6.3.2.2. A responsabilidade do comitente: relações externas e relações internas
 - 2.6.3.2.3. Natureza e fundamento da responsabilidade do comitente
 - 2.6.3.3. Responsabilidade das pessoas colectivas públicas por actos de gestão privada
 - 2.6.3.4. Responsabilidade por danos causados por animais
 - 2.6.3.5. Responsabilidade procedente de danos causados por veículos de circulação
 - 2.6.3.5.1. Sujeitos da responsabilidade
 - 2.6.3.5.2. Danos indemnizáveis
 - 2.6.3.5.3. Beneficiários da responsabilidade
 - 2.6.3.5.4. Exclusão da responsabilidade
 - 2.6.3.5.5. Limites máximos de responsabilidade
 - 2.6.3.5.6. Responsabilidade pelo risco na colisão de veículos
 - 2.6.3.5.7. Responsabilidade solidária
 - 2.6.3.5.8. Responsabilidade por factos ilícitos culposos em acidente com veículos de circulação terrestre
 - 2.6.3.5.9. Concorrência de responsabilidades por danos causados em acidente de viação e acidente de trabalho. Responsabilidade civil e criminal
 - 2.6.3.6. Responsabilidade por danos causados por instalações de energia eléctrica ou gás

2.6.4. Responsabilidade por factos lícitos

2.6.5. Seguros obrigatórios de responsabilidade civil em Macau

2.6.6. Seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel em Macau

2.6.7. Limites da responsabilidade e o direito de indemnização

Fim do Plano do Curso

Horário de atendimento

Terça-feira, 17:00-18:00

Quinta-feira, 17:00-18:00

Serviços de Apoio aos Estudantes com Deficiência

O Gabinete de Assuntos dos Estudantes oferece serviços de apoio aos estudantes portadores de deficiência permanente ou temporária, física ou mental, a fim de lhes garantir oportunidades iguais nos estudos, na vida universitária e no acesso aos serviços fornecidos pela Universidade.

Caso tenha deficiência física, visual, auditiva, da fala, de aprendizagem ou psicológica, que condiciona, substancialmente, os seus estudos ou actividades da vida quotidiana, por favor contacte, directamente ou através do seu professor, o Gabinete de Assuntos dos Estudantes. Assim, avaliaremos as suas necessidades e comunicaremos com o seu professor, com o objectivo de lhe fornecer um apoio adequado.

Para mais informações sobre estes serviços, é favor contactar-nos através de:

E-mail: sao.disability@umac.mo

Telefone: 8822 4901

Página electrónica: http://www.umac.mo/sao/scs/sds/aboutus/en/scs_mission.php